

TEMA 1: BRASIL E UNIVERSIDADE. OPÇÃO ENTRE PROJETOS ANTAGÔNICOS

Joviniano Soares de C. Neto

Para defender a Universidade e manter o movimento docente é fundamental entender o projeto que as forças liberais, conservadoras (dentre as quais o governo Bolsonaro) estão procurando impor ao Brasil e participar da elaboração e apresentação à sociedade de um projeto alternativo também global.

Porque, a Universidade e os professores apesar de terem suas especificidades, não são ilhas autossuficientes, mas resultados e atores da definição das prioridades sociais. Para que formar pessoas com pensamento crítico, se o objetivo for pessoas que aceitem realidade como imutável, respostas únicas, simples, autoritárias? De que adianta formar muitos cientistas, engenheiros, tecnólogos, se o objetivo é importar empresas, tecnologias, profissionais e concentrar a economia na produção para exportação?

Os sindicatos docentes podem, como colocarmos no texto “Universidade e movimento docente: avaliar, resistir e avançar”, ter melhores condições para continuar existindo, mas o que adianta, se o projeto aceito pela sociedade for a redução do funcionalismo público, a privatização, a terceirização, a redução dos gastos sociais? Assim, a primeira tarefa do movimento docente é fazer uma avaliação e se programar para uma guerra de narrativas em torno de projetos para o Brasil. O texto a seguir é uma contribuição apresentando dois projetos conflitantes. As dimensões determinadas pela organização do Encontro fizeram com que apresentemos textos curtos e imagem expressionista – sabendo que entre os dois polos há contradições e divergências. Mas, acreditamos que a própria simplificação ajudará na sinalização para a opção e a definição de ações.

- O projeto do governo

Qual o significado do projeto do governo que é apresentado como liberal na economia e conservador nos costumes?

A nível internacional e de política econômica, representa um alinhamento com a política do governo norte americano, um afastamento do multilateralismo, da política SUL-SUL, uma abertura às empresas, especialmente estrangeiras retirando entraves à exploração dos recursos nacionais (100% de capital estrangeiros nas empresas aéreas, liberação para as vendas de terras), abertura das empresas de saneamento para o capital privado (este de iniciativa do Congresso), privatização de empresas estatais, diminuição de condicionamentos ambientais e, até a sua negação, redução dos direitos sociais e do custo do trabalho. O objetivo é “limpar o terreno” para garantir maior rentabilidade aos bancos, rentistas, empresários rurais e alguns urbanos. O estabelecimento do teto dos gastos sociais, a Reforma Trabalhista, promovida falsamente, como meio de gerar 6 milhões de empregos que precarizou o direito de todos, a Reforma da Previdência apresentada, falsamente, como solução para garantir o futuro do Brasil que, se reduz benefícios sociais tem, como objetivo maior, empurrar quem puder para os Fundos de Pensão, geridos pelos bancos. Na área política e de costumes, soma-se uma visão liberal e individualista exacerbada a uma visão autoritária que pretende uniformizar a partir de valores tradicionais e soluções autoritárias. Liberação do

porte de armas, restrições a fiscalização do Estado nas estradas, meio ambiente, locais de trabalho exemplificam este individualismo.

Na área de comportamento – aí com amplo apoio em setores da sociedade – a defesa da família tradicional contra o que é apresentado como “ideologia de gênero”, uma política de segurança apoiada na repressão e no punitivismo penal, com uma visão seletiva contra a corrupção e a criminalidade. A direita, no Brasil, mais uma vez, apropria-se da bandeira anticorrupção e, inclusive, da bandeira nacional.

Este projeto tem apoio, apesar de contradições, entre setores modernizantes e de direita, ditos “civilizados” e os conservadores e, inclusive, religiosos. Recebem apoio de setores financeiros, empresariais e midiáticos que defendem as “reformas econômicas” e de setores mobilizados contra a corrupção e o antipetismo”. Apoio cuja origem mais profunda é a antiga desigualdade econômica e social brasileira, herdeira da escravidão, a história de cultura autoritária; o modo como se deu a urbanização e o acesso ao consumo. Gera um discurso que cresceu com a difusão da pós-verdade (mais vale a crença do que os fatos) e o uso gigantesco e direcionado das mídias sociais.

- Um projeto alternativo

Uma resistência eficaz exige o desmascaramento do projeto liberal-conservador e a apresentação de alternativa. A nível internacional, uma inserção soberana, a repriorização de relação SUL-SUL, políticas de sustentabilidade ambiental, apoio à indústria nacional e à construção de infraestrutura. Fortalecimento da capacidade do Estado de planejar, investir, fiscalizar e promover segurança pública, garantindo os direitos de todos; serviços de previdência, saúde, e educação de boa qualidade para todos, desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil.

Uma política econômica que enfrenta a desigualdade através, inclusive, do aumento do poder de compra dos salários e do número de empregados com carteira assinada, redução de privilégios e renúncias fiscais, cobrança das dívidas fiscais das grandes empresas, apoio a pequenos e médios produtores e setores vulneráveis (indígenas, quilombolas, sem terra etc). Uma prioridade especial deve ser a defesa pública da família o que envolve habitação, saneamento, saúde, respeito às diferenças culturais. Base para um novo padrão civilizatório, uma economia ambientalista sustentável. É uma proposta global e difícil de implantar porque ataca a aceleração de um capitalismo predatório e sem limites, que se afirma como único caminho. É de estranhar porque, ainda que parcialmente, parte da proposta era praticada no Brasil e continua vigente.

Destaque-se que a denúncia e a resistência crescem no Brasil. A primeira conclusão é a importância de mostrar como as iniciativas nos vários setores são parte de um projeto alternativo nacional.

O movimento docente pode auxiliar na produção de estudos e subsídios nas várias áreas, mas a tarefa é politicamente mais ampla. Teoricamente, a função da construção de grandes sínteses, reunindo setores sociais diversos seria dos partidos. No Brasil, não é deles, ou não pode ser só deles.

É um trabalho que envolverá articulação e sínteses com frentes populares e parlamentares, conclusões de congressos de centrais sindicais (a APUB participa da CUT) e de movimentos sociais e religiosos progressistas, especificamente ou dentro das Igrejas.

Fundamentalmente, exigirá o fortalecimento da rede de informações e convencimento que eleve a resistência e mobilização do povo a um novo patamar.

Tema 1

Contra a agenda neoliberal: a articulação nacional e internacional

Cláudia Miranda (Apub)

A conjuntura que atravessamos no Brasil é um reflexo de disputas geopolíticas e culturais no âmbito internacional, onde os interesses de grandes corporações do mercado financeiro impõem restrições ao papel do Estado na garantia dos direitos humanos básicos, como a educação.

Não basta resistir pontualmente a cada ataque. É importante analisar e divulgar para a sociedade brasileira as raízes mais amplas e profundas do processo que está ocorrendo no Brasil. Mostrar como as medidas, como a entrega do pré-sal, as privatizações, a precarização do trabalho, corte de verbas para as universidades e para as pesquisas científicas, a pressão para passar para o controle dos bancos os recursos que iriam para a previdência pública, são parte de um projeto global que visa concentrar os lucros e reduzir a soberania do Brasil e os direitos dos trabalhadores. Mais do que isto, é necessário mostrar que este processo não é algo inevitável, construindo um projeto alternativo que mobilize a sociedade brasileira.

Sendo assim, defendo que o movimento sindical, em especial, do campo da educação, se articule com as mais diferentes forças institucionais e populares, em nível nacional e internacional, visando impedir os retrocessos da agenda neoliberal perversa e, ao mesmo tempo, apontar saídas para a crise política e econômica, resultante dessa agenda.

Para isso, a Federação deve discutir como:

1. Ampliar seus canais de interlocução com a sociedade;
2. Criar e consolidar frentes, comitês e campanhas em prol da ciência, tecnologia e inovação;
3. Constituir mecanismos de inteligência comunicacional para difusão daquilo que é produzido nas IFES;
4. Contribuir com o combate as Fake News.

Tema 1: Guerra Híbrida e o Papel do Movimento Sindical Docente

Luciene da Cruz Fernandes
Apub Sindicato / Universidade Federal da Bahia
Maurício Uzêda de Faria
Instituto Federal da Bahia/APUB Sindicato

Para compreender o momento político que estamos vivendo, caracterizado pela implementação de um projeto neoliberal no setor econômico e ultraconservador na pauta social, é preciso antes analisar a geopolítica internacional, na qual o Brasil aparece como uma peça no tabuleiro.

Os EUA vem perdendo seu poder hegemônico mundial com um deslocamento de forças em favor da China e da Rússia. Neste sentido os EUA precisam ganhar espaço para retomar as taxas de crescimento e os países da América Latina se tornaram um alvo importante. No entanto, a intervenção do tipo militar, tradicional, tem sido preterida em favor da guerra colorida e da revolução não tradicional - guerras híbridas.

O objetivo da Revolução Colorida é mobilizar, através de técnicas ideológicas, psicológicas e de informação, uma importante parcela da população contra as instituições públicas que representam o governo, causando uma instabilidade caótica que é usada para tomar o poder do Estado. A estratégia básica para iniciar e difundir uma Revolução Colorida é a disseminação da informação entre a população; as idéias contra o governo devem ser propagadas de maneira coordenada para fabricar consenso em grupos que podem influenciar o rumo dos acontecimentos. Ou seja, é o próprio povo de um país que é utilizado para desestabilizar e derrubar o seu governo, de modo a beneficiar os EUA.

Não é por acaso que a universidade pública tem sofrido um grande ataque, pois esta revela-se historicamente como o *locus* privilegiado da liberdade de expressão, do debate público de qualquer natureza - inclusive político - e portanto, favorece o pensamento crítico e de reivindicação por direitos e dignidade social e econômica, principalmente em um país com tantas desigualdades sociais.

No Brasil, tivemos em 2016 um golpe de estado que passou por diferentes fases: 1. Impeachment ilegítimo de Dilma Roussef sustentado pelo discurso da corrupção; 2. encarceramento de Luís Inácio Lula da Silva, que venceria as eleições em primeiro turno, segundo as pesquisas de intenção de votos, seguido da derrota de Haddad por uma conjugação de fatores: em primeiro lugar a cultura da Lava Jato, utilizando-se mais uma vez da pauta da corrupção, para tirar do páreo o inimigo que representa todo o campo progressista, o Partido dos Trabalhadores; em segundo lugar, a aliança de Bolsonaro com a direita internacional, sobretudo Israel e o governo Donald Trump nos EUA, tendo como apoio a figura de Steve Bannon; em terceiro lugar o uso de tecnologias externas, provavelmente com forças dos serviços de inteligência internacional, que fez com que computadores disparassem milhões de mensagens pelo *WhatsApp* e *Facebook*; em quarto lugar o desânimo da população - Bolsonaro soube captar esse descontentamento e utilizou um discurso antissistêmico -, pois uma parcela importante dos eleitores de Lula votaram no Bolsonaro; por último, e não menos preocupante, o aprofundamento do golpe, com a demonização da esquerda e o uso pejorativo de expressões como "marxismo cultural" de forma a dar

contornos conspiratórios às pautas progressistas. Tudo isso visando o estabelecimento de um governo autoritário que tem como meta permanecer no poder durante um longo tempo.

Importante ressaltar o enfraquecimento da direita neoliberal brasileira, representada principalmente pelo PSDB - que dentro do cenário democrático fazia um contraponto com a esquerda e tinha o apoio do capital internacional e com isso do "*establishment*" americano - , o que a levou a fazer uma aliança com a extrema direita, até então inibida no cenário político. É preciso levar em consideração, nesse processo, que a passagem para o primeiro plano do cenário político de figuras ligadas às ideologias de extrema direita - conservadorismo moral e religioso, enaltecimento do período militar e até mesmo defesa da tortura - não se deu como um movimento totalmente contrário aos anseios populares, uma vez que, em um país como o Brasil, repleto de contradições e com uma democracia ainda incipiente, parte significativa da população se identifica com pautas como o porte e a posse de armas de fogo, a redução da maioridade penal, métodos violentos de combate à criminalidade, noções tradicionais de família, etc.

O governo Bolsonaro tem se mostrado desastroso: não consegue oferecer nenhuma resposta objetiva aos problemas do povo brasileiro, como o aumento do desemprego, queda do PIB e da produtividade industrial, e ainda retira direitos fundamentais, como saúde, educação e a aposentadoria digna.

Diferentemente do que muitos pensam, a ala conservadora do governo Bolsonaro tem um projeto idealizado por setores evangélicos e cristãos conservadores, dentre os quais se destaca o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho, cuja influência no governo não pode ser minimizada; esse setor caracteriza-se por manifestações extremamente conservadoras, com ataques machistas, sexistas e homofóbicos; defendem a posse e o porte de armas, contrariando dados que mostram a relação entre a posse de armas e o aumento da violência, principalmente contra as maiores vítimas que são as mulheres, os pretos e os pobres. A oposição entre essa pauta conservadora e as medidas econômicas devastadoras que se dão no espectro liberal aparenta, muitas vezes, ser uma cortina de fumaça, pois faz emergir contradições que podem dificultar a leitura do cenário e o embate necessário; por isso o desafio é construir uma resistência que seja capaz de compreender a articulação entre as dimensões econômica e ideológica, para além de suas contradições, e adotar as táticas necessárias.

O governo atual, em linhas gerais, tem um núcleo neoliberal, um núcleo conservador no campo dos costumes e um núcleo militar; o ponto de intersecção entre esses três núcleos é a contraposição ao que foi construído nos últimos anos, durante os governos do PT. No entanto, as prioridades são distintas, e a ala neoliberal, cujos objetivos são primordialmente econômicos, tem dado sinais de divergência com a ala conservadora, pois as pautas ligadas aos costumes podem dificultar a negociação com setores do legislativo para a aprovação de medidas importantes como, por exemplo, a Reforma da Previdência. Já os militares estão em posições estratégicas e presentes como nunca estiveram desde a ditadura, voltados à defesa de grupos como a elite agrária e financeira, mas como dantes, com pronunciamentos autoritários, como na entrevista do General Villas Boas, então comandante do exército, hoje consultor do gabinete de segurança nacional do governo Bolsonaro, que sugeriu que o exército teria cogitado "intervir" caso o STF desse ganho de causa a Lula no caso do pedido de habeas corpus em novembro de 2018.

Recentemente veio à tona o viés partidário da operação Lava Jato, através de denúncias apresentadas pelo site *Intercep* e veiculadas à exaustão pela grande mídia demonstrando que

a justiça atuou de forma seletiva e com a participação de vários setores, como o capital internacional, o parlamento, o judiciário e a mídia hegemônica para garantir o golpe, já que não foi possível vencer o campo progressista/popular através do processo democrático - as eleições. Neste sentido, a pergunta que deve ser feita é: como o campo progressista pode reunir forças para aproveitar essas fissuras e avançar? Sugerimos aqui algumas reflexões:

a) Um dos setores mais atacados foi a educação e principalmente a universidade; por outro lado, este setor foi o que mais aglutinou diferentes representantes da sociedade civil nas manifestações de maio e com isso demonstrou força de resistência.

b) O movimento sindical docente das instituições federais de ensino superior ainda é a entidade que menos sofreu com o desmantelamento dos sindicatos através das políticas do governo;

c) O Proifes-federação tem dado respostas adequadas à conjuntura, denunciando o golpe desde seu momento inicial, e fazendo articulações importantes com setores da educação em âmbito nacional - como UNE, UBES, CNTE e CONTEE -, e internacional - como a Internacional da Educação -, com centrais sindicais, especialmente a CUT e a CTB, além de ter participado da Frente Brasil Popular e Projeto Brasil, ação aprovada em encontros nacionais anteriores do Proifes-federação.

Sugerimos ao Proifes-federação:

Debruçar-se sobre a questão da guerra híbrida procurando compreender como ela se manifesta no contexto político e educacional brasileiro. Neste sentido é importante a articulação do grupo de trabalho de educação com o de direitos humanos para que ambos participem desta discussão.

Estabelecer o papel da federação de professoras e professores das instituições federais de ensino superior na luta em um contexto de guerra híbrida.

Aprofundar a articulação com as entidades e os espaços citados anteriormente e identificar outras oportunidades para mobilizar uma frente ampla em defesa da democracia e dos direitos de todos os humanos, como o direito à educação pública, gratuita de qualidade e socialmente inclusiva.

REFERÊNCIA

https://www.academia.edu/38936155/ANDREW_KORYBKO_GUERRAS_H%C3%80BRIDAS_A_ABORDAGEM_ADAPTATIVA_INDIRETA_COM_VISTAS_%C3%80_TROCA_DE_REGIME

Tema 1: O bolsonarismo na política brasileira: um projeto político profundo

*Cláudio André de Souza
Salvador, 30 de junho de 2019.

As eleições de 2018 foram marcadas por uma **crise de representação** sem precedentes na política democrática do país. Após as manifestações de junho de 2013, o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) tornou-se “refém” da Lava Jato diante do alastramento de uma narrativa persecutória na sociedade civil e na sociedade política de que os casos de corrupção sob investigação tinham como núcleo central o governo petista. Mesmo assim, veio a vitória eleitoral em segundo turno, porém, sucedida por um processo de deslegitimação iniciado pelo PSDB poucos dias após o fim do segundo turno, primeiro com o pedido de recontagem dos votos presidenciais no segundo turno, depois com o flerte autoritário ao apoiar movimentos de rua pró-impeachment, provocando um “terceiro turno” que se concretizou com o *golpe parlamentar* que levou Michel Temer (MDB) ao Palácio do Planalto. O antipetismo se cristalizou como um artifício mobilizatório que quisera o tempo todo pôr fim ao segundo governo Dilma.

Após a queda de Dilma, a Lava Jato intensificou a perseguição política ao ex-presidente Lula, levando a uma condenação em segunda instância com vários questionamentos quanto à falta de provas do seu envolvimento no caso do “tríplex do Guarujá”. Por sinal, a sua condenação em segunda instância no TRF-4 se deu furando uma fila de quase 300 processos para que se desse dentro do *timing* eleitoral de que não pudesse concorrer à presidência em 2018, sendo que havia chances de sua vitória em primeiro turno. A nossa democracia está em **crise** diante de um impeachment forjado e da cassação política de uma liderança que representa mais de um terço do eleitorado brasileiro.

O fato é que a vitória de Bolsonaro se insere dentro deste cenário de crise de representação na construção de um antipetismo que ultrapassa o comportamento eleitoral em torno da preferência do voto, mas representa um **projeto político** profundo e complexo de caráter societário, o que tornou a vitória do ex-capitão a combinação entre os projetos políticos neoliberal e o autoritário¹, que envolvem crenças, representações e visões de mundo, de acordo com a perspectiva analítica gramsciana. Ou seja, não concordamos com algumas análises que pouco consideram o fato de que o novo presidente representa raízes autoritárias, colonialistas combinado com um capitalismo dependente somada a existência de uma base social relevante dentro do eleitorado brasileiro.

Entendemos que o fenômeno bolsonarista traduz-se em um **projeto de sociedade** mais complexo do que a mera escolha eleitoral em torno da representação política, levando um conjunto de forças sociais a buscar um tipo de representatividade do novo governo que possui um caráter ideológico contrário a temas ligados aos direitos humanos, igualdade de gênero, combate à pobreza, combate ao racismo, etc., algo mais amplo e profundo do que a preferência do voto.

Desde o início do novo governo, se buscou um “revisionismo” dos pilares da democracia liberal, em direção a um autoritarismo social conflagrado e legitimado pelas elites sociais e

¹ Trata-se de um conceito desenvolvido pela Profa. Evelina Dagnino (UNICAMP) na obra “A disputa pela construção democrática na América Latina” (Paz e Terra, 2006)

econômicas, reafirmando que ainda temos um pensamento político de clara inclinação autoritária.

O bolsonarismo representa uma ameaça real à democracia liberal no Brasil, algo já assimilado pela direita, levando a movimentações nos bastidores para a sucessão de Bolsonaro ou mesmo uma saída contingencial por meio da interrupção do seu mandato. Na quadra histórica atual, a derrota política do governo Bolsonaro é uma **tarefa urgente para o retorno da estabilidade política do país, em torno da defesa das nossas instituições democráticas e que deve envolver a construção de alianças com forças políticas comprometidas, mesmo que pontualmente, com a defesa da nossa democracia. Não podemos vacilar no reconhecimento de que estamos diante de um governo representante de forças autoritárias, que, por exemplo, coage a imprensa e a universidade enquanto uma instituição solidificada pelo pensamento crítico e autônomo aos governos.**

As universidades e a guerra cultural olavista

Desde o início, o novo governo se tornou uma “usina de crises” diante da incapacidade de Bolsonaro em coordenar politicamente as ações do governo e de repartir poder dentro da lógica do presidencialismo de coalizão. Ao contrário, deu todos os passos para centralizar o poder em torno dele, dos seus filhos, de alguns militares e do núcleo “olavista”, deslegitimando os partidos políticos e as bancadas parlamentares enquanto espaços organizacionais do poder político. Em poucos meses, o país assistiu ao desmonte institucional e procedimental dos ritos decisórios em torno da presidência da república, somado ao cenário caótico de ingovernabilidade fruto do desmonte do presidencialismo de coalizão. A avaliação negativa do governo tem aumentado junto à população (ver a última pesquisa Ibope de 27/06) em um cenário no qual as forças econômicas começam a prever dificuldades na recuperação financeira do país a curto prazo, mesmo com a aprovação da reforma da previdência alinhada ao mercado financeiro.

A decantação do caos oferecida pelas mãos do “olavismo” ganhou ares de guerra cultural na tentativa de desconstrução das universidades, seja na afirmação de que são eminentemente ideológicas e partidárias, seja na afirmação irresponsável e caluniosa do Ministro Weintraub de que só fazem balbúrdia e que não cumprem as suas devidas obrigações enquanto órgãos públicos. Em poucas horas, o ministro foi desmentido pela Andifes de que as universidades brasileiras produzem, funcionam e cumprem um papel estratégico de responsabilidade social. As “jornadas de maio” foram uma resposta à altura, mostrando ao governo que há um processo de unidade política no setor da educação com capacidade real de mobilização, agregando mais força social do que a resistência que temos hoje contra a reforma da previdência. Estamos vencendo parcialmente esta batalha em defesa da educação, já que os objetivos do MEC não se limitam ao corte orçamentário, mas buscam desarticular o poder autônomo das universidades e criar um processo de privatização do ensino superior, inclusive, perseguindo as ciências sociais como resultado da “guerra cultural”. Neste momento, as críticas às universidades não contaminam o sistema político (parlamentares, governadores, prefeitos, etc.) e não há força parlamentar para criar um embate pretendido pelo governo. Temos uma correlação de força favorável no campo da esquerda e da direita.

No momento atual, é imprescindível reconhecer que temos como **tarefa imediata intensificar todos os tipos de mobilização e disputa da sociedade em torno da defesa da educação pública no país**, se valendo da capacidade de diálogo por dentro da institucionalidade, mas sem descuidar da criação de uma jornada permanente em defesa da educação com formas criativas que agreguem forças sociais: precisaremos fazer blitzs nas praias, feiras do

conhecimento, debates nas escolas, peças de teatro, escracho do ministro, uso das redes sociais, etc.

Uma medida efetiva possível a ser realizada pelo PROIFES é a **articulação de uma frente ampla em defesa da educação, que articule nos estados a realização no segundo semestre de “congressos populares em defesa do conhecimento”, bem como um encontro de lideranças em defesa do conhecimento, articulando prefeitos, vereadores e secretários municipais de educação para que haja um contato que leve ao congresso e ao governo uma articulação ampla e alternativa com sindicatos e lideranças políticas relevantes no processo político.**

Há um grau elevado de incerteza sobre a conjuntura em que vivemos politicamente no país, no entanto, há uma intensificação crescente na sociedade de que as universidades públicas são “anômalas”, logo, o terreno de disputa com o governo atual precisa se voltar para as franjas da sociedade civil, o que requer novas formas de mobilização que enfrente o autoritarismo estatal e societário de forma ampla. São tempos difíceis, mas seremos fortes para resistir e reexistir.

*Doutor em Ciências Sociais (UFBA) e Professor de ciência política da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês (BA) e Diretor de Comunicação e Cultura da Apub.

Tema 2: A docência nas escolas e universidades públicas em tempos desleais

Marta Lícia Brito de Jesus
Universidade Federal da Bahia
Sindicato APUB

Diante do cenário político brasileiro, mais atenção precisa ser dispensada às engrenagens que regem as políticas públicas de desinvestimento do Estado. No caso da educação, há inúmeras razões para o movimento sindical assumir, estrategicamente, um trabalho de formação que confira importância e centralidade à ação coletiva de mobilização permanente da categoria docente, a partir de diálogos e registro das necessidades cotidianas dos professores em uma conjuntura desfavorável, sobretudo, no interior dos institutos e universidades públicas federais, por serem o lócus de atuação do Proifes e sindicatos federados.

O Ministério da Educação, no governo Bolsonaro, adota medidas que causam prejuízos materiais e simbólicos na vida e imagem social dos profissionais da educação, uma política, em vigor, implementada após o golpe de 2016 e intensificada na agenda conservadora e privatista que saiu vitoriosa das eleições “fraudadas” de 2018.

Na prática — e digamos assim —, é possível observar uma camada de superfície mais visível, qual seja, a inviabilização do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, sobretudo, nas ações de execução do plano que atrapalham os compromissos privatistas e rentistas dos que lucram e esperam lucrar ainda mais às custas do Estado brasileiro. De outro lado, em uma camada, por assim dizer, mais às escondidas, pois é realizada de forma desleal e pouco transparente, está a guerra híbrida contra os “moinhos de vento”, quais sejam, as políticas de apoio à diminuição das desigualdades econômicas, civis e políticas entre pobres e ricos, homens, mulheres e comunidades LGBTQ+, brancos e não brancos, nomeadamente negros, pardos e índios, eleitas como inimigas da nação.

Tais políticas somam-se aos ataques simbólicos aos professores que pautam a agenda do MEC no governo Bolsonaro, a qual se revela em detalhes que vão desde a mudança na cor da logomarca do INEP, antes vermelha e agora azul, até a gestão do MEC por agentes políticos (ex-ministro e atual) sem disposição e “boa fé” para defender a educação pública, gratuita e de qualidade.

Os profissionais da educação são tratados com desrespeito em relação à sua dignidade, autonomia e especificidades dos saberes próprios ao seu exercício profissional e o movimento docente não pode minimizar os impactos dessa política de Estado na vida e saúde dos professores.

Assiste-se a uma perseguição ideológica às Ciências Humanas, através das constantes ameaças, intimidações e criminalização explícita aos professores. Os sentidos da política educacional são anunciados de maneira deturpada pelos agentes do governo, através de declarações e entrevistas nas redes sociais e nos meios de comunicação todos os dias. Só para citar alguns exemplos recentes, no início do ano, “acima de TODOS”, o ex-ministro da educação enviou uma comunicação diretamente às escolas contendo o *slogan* de campanha e reforçando a ideia de que é preciso filmar as escolas e os professores. Nessa direção, o atual ministro da educação, antes de anunciar os cortes de verbas das universidades públicas, nomeia três instituições de reconhecida competência, uma delas a UFBA, para definir de

forma jocosa que não admitirá balbúrdia e haverá “punição” em caso de resistência aos princípios ideológicos definidos pelo bolsonarismo.

As tentativas de enquadramento e intimidação presentes em ambos exemplos têm um alvo muito bem definido: os professores, eleitos como inimigos do projeto de nação em disputa. Esse é o novo jogo jogado, para usar a metáfora de Bourdieu, e quem precisa “Jair se acostumando” somos nós, que precisamos nos mover rapidamente, a partir de leituras do cenário político atual, para inventar redes de apoio aos nossos pares, capazes de criar lastros de sustentação para o exercício da docência em tempos violentos, talvez fortalecendo canais como ouvidorias, para a “documentação narrativa” que fundamente a construção e disseminação de informações úteis a serem compartilhadas como uma nova forma de alimentar o agir politicamente.

Ao que parece, a divulgação nas redes sociais e meios de comunicação tradicionais de conteúdos que consideramos “absurdos” é a forma que o MEC encontrou para não voltar atrás em nenhuma das intenções do governo Bolsonaro, as quais, em curto prazo, pretendem destruir o pouco que se avançou em termos de construção de um sistema nacional de educação e ampliação da oferta e democratização das universidades públicas neste país.

A estratégia no campo cultural é sempre a mesma. Os agentes do governo anunciam um “ABSURDO” para naturalizar de forma hierarquizada a “ORDEM”, ou melhor, as regras do jogo. A partir daí, eles dialogam com aqueles que defendem a mesma ideologia, gerando um campo de narrativa política favorável ao avanço de suas concepções, e, ao mesmo tempo, uma reação no grupo discordante de suas ações e práticas, que passa a agir reativamente às suas pautas, gerando novos conteúdos que transversalizam a ideia principal da atual política austera na retirada de direitos, que precisa ser justificada todos os dias.

Assim, com o passar do tempo, até nós mesmos somos induzidos a pensar que, ao criticar tais posturas dos agentes do governo Bolsonaro, pelo tempo e energia desprendidos, estamos instrumentalizando a nossa luta em defesa da educação pública e gratuita, o que é importante, mas não é verdadeiro em função da complexidade que envolve a ação política. Pergunto, para tentar finalizar o texto, o que o movimento docente conseguiu fazer com o conteúdo produzido coletivamente na CONAPE? A resposta a esta pergunta certamente nos remete à necessidade de transbordar mais o seu conteúdo para aqueles que não participaram direta ou indiretamente da construção da CONAPE.

Diante disso, temos que produzir e reinventar novas formas de dialogar acerca dos nossos conteúdos, visto que as políticas educacionais hoje têm sido pautadas diariamente a partir da divulgação de anúncios polêmicos dos agentes do governo, na maioria das vezes, inconstitucionais, que cancelam a fabricação em massa de *fake news* com campanhas difamatórias e desleais, que aprisionam e esvaziam, em um universo de difamações, inverdades e desinformação, o significado do exercício profissional dos professores.

Enquanto isso, todos nós, apesar das políticas implementadas pelo MEC, continuamos realizando diversas atividades de pesquisa, ensino e extensão nos institutos e universidades públicas, presenciais e *online*, em contextos e locais improvisados, ou seja, sem condições de trabalho adequadas. Dissertações e teses são revisadas, palestras e oficinas desenvolvidas, artigos inéditos publicados, eventos científicos locais, nacionais e internacionais organizados, grupos de pesquisa e extensão se reúnem para produzir saberes, estudantes de graduação e pós-graduação são orientados, livros e relatórios são produzidos e aulas preparadas e ministradas. As ações descritas, em sua complexidade, fazem parte ontologicamente da

identidade dos professores, que vivem tempos violentos no governo Bolsonaro, que faz questão de abrir fissuras irreparáveis na precarização das condições de trabalho dos professores.

Por isso, não podemos esperar para dialogar sobre a força da organização política dos professores. Vejamos o que dizia Bourdieu no texto “Grãos de Areia”, escrito em 2000, sobre os dilemas enfrentados na luta cultural a qual estamos imersos:

Se eu disser que a cultura está atualmente em perigo, que está ameaçada pela influência do dinheiro, e do comércio, e do espírito mercantil, de múltiplas faces, ibope, pesquisas de marketing, expectativas dos anunciantes, números de venda, lista de best-sellers, dirão que estou exagerando. E no entanto... Se eu disser que os editores, os produtores de filmes, os críticos, os distribuidores, os responsáveis pelas cadeias de rádio e televisão, que se dobram precipitadamente à lei da circulação comercial, a da caça aos best-sellers ou às vedetes midiáticas e a da produção e glorificação dos sucessos a curto prazo e a qualquer preço, mas também a das trocas circulares de concessões e de complacências mundanas, se disser que todos estes colaboram com as forças imbecis do mercado e participam de seu triunfo, dirão que estou exagerando... Se eu disser que os políticos, que assinam acordos internacionais reduzindo as obras culturais à espécie comum de produtos sem qualidades, dependentes de leis que se aplicam ao milho, às bananas ou às laranjas, contribuem, sem nem sempre sabê-lo, para o apequenamento da cultura e dos espíritos, dirão que estou exagerando. Se eu lembrar agora que as chances de parar essa máquina infernal repousam em todos aqueles e aquelas que, detendo algum poder sobre as coisas da cultura, da arte e da literatura, podem, cada um em seu lugar e à sua maneira e, de sua parte, por mínima que seja, jogar seu grão de areia na engrenagem bem lubrificada das cumplicidades resignadas, e se acrescentar enfim que aqueles e aquelas que têm oportunidade de trabalhar em Téliorama (não necessariamente nas posições mais eminentes ou mais visíveis) estariam, por convicção e por tradição, entre os melhores colocados para fazê-lo, dirão talvez, de uma vez por todas, que sou desesperadamente otimista.

Com esta provocação, quero dizer que precisamos de ferramentas capazes de criar novos jogos a serem jogados. A atividade profissional dos docentes está em risco neste momento no qual o Estado “criminaliza” estranhamente os profissionais que atuam na educação e, especialmente, nas universidades públicas, responsáveis pela produção e compartilhamento de saberes éticos e estéticos nas diversas áreas do conhecimento, por sua natureza tecnológica, científica e filosófica. Se há docência militante e apaixonada, a utopia e esperança permanecem vivas na construção de uma sociedade mais humana e, por que não dizer, mais sábia e fraterna.

Tema 3: APOSENTADOS: PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO ESSENCIAIS

Jovinano S. de C Neto

Os professores mais antigos, os aposentados e os ativos que já têm direito de aposentar ou estão perto do adquiri-lo, têm um papel indispensável e insubstituível no enfrentamento dos problemas que ameaçam a Universidade e o sindicato docente. Inicialmente, têm condições de compartilhar com os mais novos a experiência de como enfrentaram e superaram as dificuldades em períodos históricos anteriores: a falta de condições de trabalho, a repressão política e policial, a cobertura limitada ou negativa da mídia, a suspensão de concursos. Muitos professores antigos continuam presentes e vigentes na memória da Universidade. Fornecem exemplos de contribuições, que, além de importantes, são reconhecíveis pela sociedade. Suas manifestações podem ser vistas como referência. Muitos deles continuam atuando em Academias, Conselhos, Entidades profissionais, e científicas e funcionam como testemunho da importância da Universidade Pública.

Os professores ativos e aposentados constituem uma única categoria (ninguém deixa de ser professor). Sua atuação conjunta é essencial, tanto na defesa dos direitos de todos quanto na sustentação e política financeira dos sindicatos. A Apub, criada como Associação dos Professores Universitários da Bahia, em 1968, é a mais antiga associação docente do Brasil. Atua na Bahia, onde, em 1808, teve início o ensino superior no Brasil. Decorrencia disto é a grande e ativa presença de aposentados no seu quadro de filiados – em junho de 2019 são 46%. Neste cenário é fundamental ampliar a participação e o protagonismo dos aposentados. Com base na experiência de Diretor Social e de Aposentados da Apub, propomos duas linhas de atuação:

1. Aperfeiçoar os instrumentos de comunicação

A comunicação com os aposentados é prioridade e desafio. Os ativos são, teoricamente, localizáveis nas unidades de lotação. Os aposentados estão mais dispersos. Alguns continuam ensinando e pesquisando nas suas antigas unidades, outros continuam lecionando disciplinas similares em outras instituições. Vários em atividades fora de suas antigas áreas de trabalho, de modo voluntário ou remunerado, profissional ou lúdico. E muitos concentram-se na vida familiar. Todos enriquecendo a sua experiência de vida. São localizáveis, em suas residências. É necessário, portanto, aperfeiçoar os canais de comunicação e a interação com os mesmos. Os jornais do sindicato chegam às casas, mas têm periodicidade espaçada – contem mais registro do passado do que pauta para o futuro, podem destacar meios de contato com o sindicato. Programa de Rádio e meios eletrônicos (informativos, e-mail, facebook), dependem de conhecimento e interesse prévio. Atualmente, consta que tem diminuído o uso dos e-mails. Como mensurar o efeito dos “torpedos” e “WhatsApp”? O WhatsApp depende da constituição de grupos ou lista de transmissão, o que pode ser estimulado e constituir uma rede referenciada ao sindicato. Nesta área cabem duas ações: 1) manter atualizada a lista de endereços, e-mails e telefones dos associados; 2) levantar sistematicamente audiência / acessos, solicitar retorno, avaliações e propostas.

Todos estes meios são importantes, mas ainda não atingem o fundamental – o contato pessoal. O estímulo aos grupos de relacionamento existentes, pode ser um canal para o que trataremos a seguir.

2. Presença e protagonismo

Alguns espaços de participação e protagonismo já existem, e podem ser valorizados ou sugeridos. Uma Comissão de Aposentados, autônoma, com coordenação escolhida entre os participantes, assumindo e propondo atividades. Caberia também convite para que aposentados se inserissem nos vários Grupos de Trabalhos do Sindicato.

Eventos lúdicos e culturais (festas, passeios e eventos) são espaços de encontro. Participação em Assembleias Gerais, atos públicos e eleições, para os aposentados, mais do que para os ativos, depende de divulgação e convocação prévia e priorizada pelo sindicato.

Enfatizamos neste texto os Encontros de Aposentados. O Encontro Nacional de Aposentados do PROIFES não deve concentrar suas atividades na informação ou esclarecimento para os aposentados, como já aconteceu. A diretoria do PROIFES pode dar alguns informes, mas defendemos que análises de conjuntura, debate de temas, apresentação de propostas deve ser feitas por professores aposentados. Afinal, deve ficar claro que o Encontro é DE aposentados e não PARA os aposentados. A mesma concepção deve orientar atuação, regular, do GT de Aposentados do PROIFES.

Construção de amplos e representativos Encontros de Aposentados, em nível nacional e em cada sindicato, nunca foram tão importantes para, como dissemos no início, fortalecer a unidade da categoria e afirmar a história e importância da Universidade.

Texto Revisto e aprovado em reunião da Comissão de Aposentados da Apub, em 03 de julho de 2019.

Tema 3: PELO FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA FEDERAÇÃO

Diretoria APUB gestão 2018-2010

A complexa conjuntura política e econômica por que passa o país tem nos levado a discutir nosso papel como sindicato de base no contexto local e nacional. A intensidade das nossas movimentações nas Jornadas de Maio, que resultou em tímida incidência política no Poder Executivo, indica que estamos diante de um cenário que exige uma reflexão sobre os rumos do movimento docente e que necessitamos calibrar nossa posição e atuação.

A realização desse movimento deve se iniciar com uma leitura de conjuntura que considere os seguintes pontos:

1. As características do atual governo e as idiosincrasias de sua articulação política com o legislativo, o judiciário e com a população;
2. A cruzada ideológica do governo que elege como alvo todo o território de atuação da docência universitária, a saber, o ensino, a pesquisa, a extensão, além, é claro, dos sindicatos;
3. A extensão da atuação política do judiciário e seus efeitos a médio e longo prazo.
4. A situação orçamentária das universidades e dos institutos federais e os desdobramentos políticos que daí advêm.
5. O próprio movimento docente em âmbito nacional, inclusive a renitência da polarização Andes-PROIFES e as articulações partidárias subjacentes, a emergência de iniciativas como a do Observatório do Conhecimento, por um lado, e os primeiros sinais de uma associação docente ideologicamente ligada à direita, por outro.

A APUB considera desejável que tenhamos, no contexto de nossa Federação, um grau máximo de convergência na leitura da conjuntura, considerando não apenas seu papel no contexto local, mas também na articulação necessária para a ampliação da Federação, o que, parecidos, é condição *sine qua non* para seu fortalecimento num cenário em que não se vislumbra a possibilidade de atuar através de seus tradicionais modos de interlocução com o Poder Executivo.

Estabelecida a narrativa de conjuntura, entendemos ser necessário firmar uma clara posição de oposição ao governo federal, uma posição que, para além de uma identificação política, se concretize como um PROGRAMA capaz de nos fazer intervir de modo qualificado sobre temas estratégicos, a saber:

1. Educação
2. Ciência e tecnologia
3. Direitos individuais e sociais
4. Defesa da Constituição e da legalidade.

Creemos que estes são os eixos centrais do Estado Democrático de Direito, todos, cada um a seu modo, sob ataques ou ameaças do governo federal. A APUB, por sua vez, reafirma seu tradicional compromisso com uma esquerda democrática e suas principais bandeiras.

Não é o caso de expormos no pequeno espaço desta tese os elementos de um tal programa, mas podemos explorar sumariamente um dos seus principais conteúdos, talvez o mais promissor, que é o da defesa da educação. Fazemos isso destacando ter sido esse um foco importante e acertado do trabalho da Federação nos últimos anos, com contribuições consistentes ao Fórum Nacional de Educação e, posteriormente, ao Fórum Nacional Popular de Educação e seus principais documentos, avaliando que esse movimento já experimentou seu ápice na realização da Conferência Nacional Popular de Educação, no contexto pós-golpe do governo Michel Temer. Mas o capital acumulado nessa ampla e promissora articulação parece ter enfraquecido, considerando os principais acontecimentos políticos da atual conjuntura.

Tomamos como marco factual e político as declarações do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, trazidas a público em 30 de abril de 2019 e que desencadearam uma série de manifestações espontâneas, na forma de assembleias de estudantes, docentes e técnicos-administrativos. Dispensamos a polidez da modéstia para destacar o papel que teve nosso sindicato, bem articulado a outras entidades representativas da comunidade universitária, nesse contexto, acionando em 06 de maio de 2019 o gatilho de uma série de manifestações de rua que, sob a urgência da defesa da universidade pública e da educação, mobilizou um amplo conjunto de setores, desencadeando um movimento que se somou à pauta da defesa da previdência pública mas que, para além disso, mostrou-se mais forte que ela. As jornadas de maio têm algo a nos indicar sobre um programa político para o movimento docente nesta conjuntura. Sugerimos, portanto, atenção máxima ao tema, visto que ele é capaz de aglutinar forças e setores e ampliar uma frente democrática capaz de oferecer resistência a um governo de feições profascistas. O tema da Educação não encontrará melhor tratamento senão nas mãos do movimento docente.

Mas o que foram as Jornadas de Maio? E por que, para realiza-las, foi discreto o papel da Federação? É urgente a necessidade de encontrar uma resposta. Apostamos na hipótese de que a PROIFES ainda não consolidou uma estratégia de articulação política com os setores que, por outras vias, convergiram nesses eventos, a saber: o movimento estudantil, as centrais sindicais (CUT e CTB), os partidos políticos do campo progressista e os movimentos sociais. A estes acrescentamos outros setores que, do seu lado, ainda que resistam a uma aproximação aos movimentos políticos como o sindical, reconhecem que não podem prescindir da política institucional para a manutenção e salvaguarda da ciência e da tecnologia, agora ameaçadas não somente pela política de austeridade fiscal, mas igualmente por um surto de desconfiança no trabalho científico e seus pressupostos de base: o livre pensamento, o método, a verificação e validação de seus processos pelos pares de uma comunidade, entre outros. Sintoma dessa desidentificação é que iniciativas como a do projeto Observatório do Conhecimento tenha ocorrido paralelamente ao PROIFES e ao ANDES, como se não ser uma iniciativa sindical (ainda que financiado por sindicatos) lhe conferisse credibilidade, abrindo portas para o diálogo e as articulações que a conjuntura obriga.

Nesses termos a APUB reitera seu compromisso com a Federação e, por entender as possibilidades de atuação e articulação política desse modelo de organização sindical, propõe que se estabeleça uma estratégia de articulação, descentralizada e ampla, que possa resultar na ampliação da sua congregação de entidades, movimento sem o qual dificilmente o PROIFES manterá sua relevância e protagonismo na cena política nacional. Para isso, compromete-se

a investir financeiramente para que sua representação na diretoria executiva tenha a máxima participação nos esforços que essa estratégia requeira.

Raquel Nery (Faced/UFBA)

Claudio André de Souza (Unilab/Campus Malês)

Emanuel Lins Freire (Direito/UFBA)

Marta Licia Teles Brito de Jesus (Faced/UFBA)

Nildo Ribeiro (ICS/UFBA)

Jailson dos Santos (Química/UFBA)

Joviniano Neto (Aposentado/UFBA)

Tema 3: Perspectivas para as Instituições Federais de Ensino Superior no cenário atual

Luciene da Cruz Fernandes (UFBA/ APUB); Maurício Uzêda de Faria (IFBA/ APUB); Fernanda Almeida Pereira (UFBA/ APUB); Nildo Manoel da Silva Ribeiro (UFBA/ APUB)

Para compreender o processo pelo qual a Universidade passa hoje é importante fazer uma retrospectiva das políticas públicas ligadas à educação implementadas a partir do início dos anos 2000.

Entre 2002 e 2015 o financiamento para a educação saiu de um patamar de 4,5% para 6,5% do PIB, sendo que 5,5% deste último percentual foi destinado para o setor público. O crescimento dos investimentos em educação está vinculado à expansão das instituições federais de ensino superior a partir de 2008 e todo o debate acerca da educação que culminou na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2015. Em 2002 existiam 45 universidades com 148 campi e no ano de 2015 os números subiram para 63 universidades com 321 campi. Uma das metas do PNE é chegar, através de aumentos sucessivos, à destinação de 10% do PIB para educação em 10 anos, sendo que no ensino superior sairíamos do patamar de 0,92% em 2015 para 1,24% em 2024.

Esse processo de expansão e interiorização, aliado a políticas de ações afirmativas, permitiu a inclusão nas universidades de uma população historicamente excluída do ensino superior, contribuindo para alterar um cenário marcado por desigualdades e privilégios e dar início a uma transformação mais profunda da estrutura sócio-econômica do país, já que o conhecimento é a ferramenta mais importante de inserção no mercado de trabalho e ascensão social.

A partir dos dados da tabela abaixo, é possível apontar que o perfil econômico da renda familiar no ano de 2014, das e dos estudantes da graduação, está cada vez mais próximo da representação do perfil econômico da população brasileira em geral.

Distribuição dos graduandos Ifes e população, segundo a renda mensal bruta do grupo familiar em termos de faixas salariais (2014)

Renda mensal bruta familiar ²	Graduandos Ifes (%)	População brasileira (%) ¹	Diferença (Ifes-População)
Não tem renda	1,1	1,0	0,0
Até 1 salário-mínimo	12,2	10,81	1,3
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	23,4	21,59	1,9
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	14,8	18,15	-3,4
Mais de 3 a 5 salários-mínimos	18,2	21,26	-3,1
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	19,8	15,91	3,9
Mais de 10 salários-mínimos	10,6	11,26	-0,7
Total	100,0	100,0	

Fonte: FRANCO, CUNHA, 2017.

Segundo a Andifes (2019) o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita até um e meio salários mínimos em 1996 eram 44,3% do corpo discente, porém percebe-se que, a partir de 2014, ocorre um salto e os estudantes nessa faixa de renda passam a ser 66,2% do total de estudantes da graduação, chegando a 70,2% em 2018.

Na tabela seguinte é possível observar a diferença da distribuição de cor ou raça nas Ifes em relação à pesquisa de 2004, quando se obteve, pela primeira vez, essa variável dos alunos. Percebe-se que ao longo do tempo houve o progressivo recuo do percentual de alunos brancos nas instituições, caindo de 59,4% em 2004 para 45,6% em 2014. Já o percentual de estudantes pardos aumentou quase dez pontos percentuais nesse mesmo período: de 28,3%

para 37,75%. Em relação ao percentual de pretos, o aumento foi de quase 100%, saltando de 5,9% para 9,82%. Se por um lado o aumento foi expressivo, por outro lado ainda temos uma população subrepresentada, visto que o acréscimo foi de apenas 5%. Por fim, houve a diminuição do percentual dos amarelos que caiu de 4,5% para 2,34% e também a queda do percentual de estudantes indígenas, de 2% para 0,64%. (FRANCO, CUNHA, 2017)

Distribuição dos graduandos segundo a cor ou raça em 2004, 2010 e 2014
(Em %)

Cor ou raça	Graduandos Ifes (2004) ¹	Graduandos Ifes (2010) ¹	Graduandos Ifes (2014) ²
Sem declaração	0,00	0,00	3,78
Amarela	4,50	3,06	2,34
Branca	59,40	53,93	45,67
Parda	28,30	32,08	37,75
Pretos	5,90	8,72	9,82
Indígenas	2,00	0,93	0,64

Fonte: FRANCO, CUNHA, 2017.

Em relação ao sexo, segundo a Andifes (2019), as estudantes do sexo feminino são maioria absoluta nas universidades federais desde a primeira pesquisa, em 1996, na qual as mulheres representavam 51,4% do corpo discente; em 2018, esse percentual subiu para 54,6%.

Os resultados destas pesquisas mostram, portanto, que as universidades expressam a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira.

No entanto, devido à crise econômica de 2008, que teve reflexos no Brasil a partir de meados de 2014, ocorreu um enxugamento de aproximadamente 28,5% nos repasses às universidades federais que vão na contramão da expansão e também das metas do PNE. O impacto dessa redução dos investimentos sobre os setores de ciência e tecnologia é significativo, uma vez que a universidade é responsável pela maior parte das pesquisas desenvolvidas no país. Mas nada disso se compara ao projeto de asfixia e desmoralização da universidade que está em curso no atual governo, uma vez que a universidade é ainda um espaço onde se exercem a liberdade, a crítica, a criatividade, a livre expressão, o debate político, enfim, as atividades fundamentais para a construção de uma nação livre e soberana, o que provavelmente não interessa a um governo que possui traços marcadamente autoritários.

Em apenas seis meses, ocorreram várias ações do governo que apontam nessa direção, listadas no site "Observatório do Conhecimento":

- 15 de Fevereiro – “Lava-Jato da Educação”
- 25 de fevereiro – MEC [pede](#) Hino Nacional e leitura de lema eleitoral de Bolsonaro em escolas
- 1º de março – contribuições sindicais: a Presidência da República edita a Medida Provisória [\(MP\) 873](#)
- 13 de março – extinção de cargos: decreto presidencial 9.725/2019 [corta 13,7 mil cargos em universidades federais](#) em todo o país.

- 20 de março – ingerência política no Enem: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) [cria comissão para avaliar as questões](#) que compõem o Banco Nacional de Itens do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).
- 18 de abril – suspensão de bolsas de pesquisa (CNPq)
- 30 de abril – cortes orçamentários (MEC): o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anuncia corte de R\$ 2 bilhões sobre as despesas discricionárias das universidades e institutos federais. O montante equivale a 30% dos gastos não-obrigatórios e a 3,5% do orçamento total que o MEC destinará em 2019 às instituições. Em algumas universidades, o corte chega a mais de 50%, como é o caso da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).
- 14 de maio – alteração de competências para nomeação: o [decreto presidencial nº 9.794](#) - Na prática, o decreto pode ferir a autonomia universitária, retirando das reitorias universitárias a competência para a nomeação de cargos estratégicos dentro das universidades.
- 15 de maio – Presidente ofende manifestantes em defesa da educação.
- 30 de maio – Em nota oficial, MEC ameaça cortar ponto de professores e funcionários que participarem de movimentos políticos
- 4 de Junho – Nova suspensão de bolsas de pesquisa (Capes).
- 5 de junho – Nova demissão no INEP
- 12 de junho – Nomeação de reitora que não estava na lista tríplice, nem participou da [consulta eleitoral](#) prévia na Universidade Federal da Grande Dourados (MS)

Talvez seja oportuno acrescentar a essa lista a fala do ministro Abraham Weintraub que, na abertura da 12ª edição do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em junho, afirmou que o Ministério da Educação trabalhará pelo fortalecimento do modelo privatista de educação superior no Brasil.

Os cortes nos recursos das universidades e institutos federais estão inseridos em um contexto de pressão para a aprovação da Reforma da Previdência, que é vendida como uma etapa necessária no caminho para o "eldorado" em que todos os problemas sociais e econômicos do Brasil serão solucionados. No entanto, as manifestações do dia 15 e 30 de maio e a greve geral do dia 14 junho mostraram que podemos re(existir). A educação é, sem sombra de dúvidas, uma pauta capaz de aglutinar forças e mobilizar grande parte da população brasileira.

Assim, sugerimos ao Proifes que faça uma campanha massiva de divulgação das atividades das IFEs e seu impacto no dia a dia da população; que se integre nas frentes em defesa da educação, das IFEs e da Ciência e Tecnologia, bem como em frentes que discutam formas alternativas de saída da crise econômica pela qual estamos vivendo, como a reforma tributária.

REFERÊNCIAS:

1. FRANCO, Ana Maria de Paiva, CUNHA, Sarah. Perfil socioeconômico dos graduandos das IFES. In. **Radar** | 49 | fev. 2017 (p. 13-19).

2.<http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-perfil-socioeconomico-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais/>

3.<https://observatorioconhecimento.org.br/cortes-mentiras-e-ameacas-os-primeiros-6-meses-de-guerra-do-governo-bolsonaro-contr-a-educacao-publica-brasileira/>

TEMA 3: UNIVERSIDADE E MOVIMENTO DOCENTE: AVALIAR, RESSITIR E AVANÇAR

Joviniano Soares de Carvalho Neto

AVALIAR

A universidade pública e o movimento docente estão sob ataque do governo.

A universidade é atacada na autonomia política: atraso na nomeação de Reitores ou não nomeação do primeiro da lista tríplice, decreto possibilitando submissão da nomeação de cargos comissionados ao Governo Federal, acusações de balburdia e da baixa produtividade acadêmica. Na sua autonomia administrativa e financeira com o corte (contingenciamento) de verbas, a anunciada suspensão dos concursos públicos, inclusive após as aposentadorias, auditorias e fiscalizações que desconhecem sua natureza. Na sua autonomia científica e pedagógica com cortes de bolsas; acusação, pelas redes sociais, de produção de trabalhos irrelevantes e de comportamento ilegal ou imoral, estímulo á vigilância e denuncia contra professores.

Contra todos os sindicatos, o decreto tentando inviabilizar as contribuições dos filiados. Dificultando a ação dos sindicatos docentes, o não cumprimento do acordo para a reestruturação da carreira, o fechamento de canais de negociação no MEC. Além disso, pressionam os sindicatos docentes a demora na execução de sentenças judiciais (3,17%), as inovações e reinterpretações jurídicas feitas para dificultar e retirar os direitos dos professores (art. 192, suspensão de adicionais laborais), o atraso no reconhecimento e pagamento de direitos (progressão). É uma demanda que pressiona os sindicatos, provenientes de professores que esperam maior rapidez no atendimento das suas demandas.

É o ataque de um governo que executa um projeto global sobre (e para nós contra) o Brasil.

Para a universidade e o movimento docente é fundamental e enfrentá-lo com outro projeto global. Avaliamos resumidamente os projetos conflitantes em outro texto.

RESISTIR

A primeira e mais legitimada frente da nossa resistência é a educação. A mobilização em 15 de maio contra o corte de verbas para a educação, a maior manifestação popular após a posse de Bolsonaro, mostrou a importância que a sociedade dá à educação. Na Bahia, por exemplo, ultrapassam as barreiras políticas partidárias (por exemplo, - apoio explícito de partidos da base do governo, a começar pelo DEM) e profissionais, o SINPRO, os professores e até direção de estabelecimentos particulares apoiaram.

A educação está no imaginário social como meta, sonho, canal de ascensão social. Os professores, apesar da imagem de mal remunerados, são uma categoria respeitada. O ataque do Ministro da Educação foi contra produtor. Inicialmente, justificou o corte acusando, nominalmente, 03 universidades (UNB, UFBA e UFF) de balburdia e mal desempenho em Ranking. Ocorre que UNB e UFBA estavam no quarto superior do Ranking e tinham subido mais de 2017 para 2018 e a UFF se mantido na mesma e regular posição. A mentira de que a maior parte das pesquisas eram feitas pelas particulares foi desmentida para todos fora da bolha bolsonarista. São das universidades públicas que provêm 95% das pesquisas no Brasil.

A defesa da educação, mobilizando maiores massas, somou-se a luta contra a Reforma da Previdência. As passeatas do dia 30 de maio e 14 de junho (Greve Geral) levaram as duas bandeiras.

A universidade mostrou que hoje tem reconhecimento social. Pode apoiar-se, também na sua história de resistência à Ditadura Militar, e mais recentemente ao governo FHC, quando houve corte de verbas, suspensão de concursos e grande apoio, inclusive financeiro, à expansão das particulares.

O movimento docente universitário tem condições melhores de resistir, que a maioria dos sindicatos brasileiros. Nasceu na reação à ditadura civil militar (a Apub em 1968) quando os Reitores representavam, bem ou mal, o governo e os diretores eram nomeados por eles; quando os órgãos de segurança estavam implantados na Universidade.

As entidades docentes nunca dependeram do imposto sindical – são mantidas pelos associados. Derrubado eventualmente o desconto em folha vai ser necessário aperfeiçoar a relação com os professores. Implicaria queda na receita, mas somos uma categoria pequena, concentrada em unidades, ainda que haja grande percentual de aposentados, estável porque de concursados, com alto nível de sindicalização. O ataque poderá ser o momento de ativação da universidade e dos sindicatos docentes.

AVANÇAR

Da avaliação e resistência, nascem as propostas para o avanço. Propomos quatro linhas de atuação:

1. Participação em frete de resistência ao projeto liberal conservador, fornecendo subsídios para denúncias e construção de alternativas. Implicam em alianças com políticos, centrais sindicais, movimentos sociais, religiosos e personalidades democráticas. O slogan “de mãos dadas” expressa esse sentimento de união pela democracia, direitos humanos, autonomia e papel das universidades.
2. Protagonismo dos sindicatos docentes, ainda que sem exclusivismo nas frentes políticas e sindicais em defesa da educação. A defesa da ciência e da tecnologia produzida no Brasil é continuidade lógica desta linha, mas, aqui, os sindicatos docentes devem se apoiar mais na articulação com organizações científicas e profissionais.
3. Manutenção e ampliação do apoio social. “A Universidade muda vidas, lute por ela”, nas camisas mostra esse desejo. É necessário prioridade para mostrar o que os professores ativos e aposentados produzem. Isto deve ser feito de modo mais sistematizado e referenciado a ela (não só a unidade e o projeto). Essa divulgação deve ocorrer através de meios próprios do sindicato e até em rede incluindo outros sindicatos docentes. Aumenta a unidade e a auto-estima da categoria. Mas, é fundamental alcançar e dialogar diretamente com a população. Atividades (Feira do Conhecimento, por exemplo) nos centros das cidades e nos bairros são expressão dessa linha.
4. Fortalecimento da estrutura e representatividade através de: a) Comissões e grupos de trabalho; b) Interação entre setores jurídicos dos sindicatos; c) Mobilização dos aposentados, inclusive, da memória dos tempos difíceis; d) atualização dos cadastros e dos mecanismos de contato com todos os professores.

Tema 3 : A defesa da educação e o fortalecimento do movimento sindical?

Marta Lícia Brito de Jesus
Universidade Federal da Bahia
Sindicato APUB

A bandeira da educação tem sido levada às ruas – virtuais e reais — por diversos atores, incluindo aqueles que, geralmente, não têm tradição de engajar-se em ações do movimento sindical, que envolvem atos de rua e greve. A adesão popular à greve nacional da educação, no dia 15 de maio, a participação no ato nacional em defesa da educação e contra a reforma da previdência, no dia 30 do mesmo mês, e a visibilidade da campanha em defesa da educação pública nas manifestações que ocorreram na greve geral do dia 14 de junho mostram uma forte reação ao governo Bolsonaro.

No sentido contribuir para a discussão acerca da dinâmica e alcance desse fenômeno, convido a analisar um caso circunscrito: a experiência de um sindicato de base que tem destacada e reconhecida atuação política, a APUB.

A construção de uma agenda própria em defesa da educação na Bahia tem permitido a articulação entre a APUB, o DCE, a Assufba e outras entidades na defesa da UFBA, que foi nominalmente atacada e chantageada pelo atual ministro da educação, junto com outras duas IES de referência no país — a UFF e a UnB —, no anúncio aos cortes de verbas das universidades públicas.

Tal articulação construiu bases materiais para Salvador protagonizar atos públicos de repercussão nacional, antes mesmo da greve nacional da educação, o dia 6 de maio, seguidos de assembleias docentes com números expressivos de estudantes, funcionários e comunidade interessados no seu conteúdo.

A ação política dessas entidades, no caso baianas, deu lastro de sustentação que resultou em uma intensa participação nas agendas nacionais de luta e serviu para apoiar a greve da UNEB, universidade estadual em um contexto local de grande complexidade, e intensificar a defesa da UNILAB, entre outras agendas.

O engajamento de novos atores em ações “militantes” para barrar um possível “apagão da educação” lança expectativas positivas em relação à atuação do sindicato, em moldes menos usuais, e faz com que a APUB, por exemplo, esteja na coordenação de uma feira de conhecimento, no início do próximo semestre.

A atuação da APUB, por sua vez, reverbera em expectativas de um maior protagonismo do Proifex no âmbito nacional, visto que exige respostas rápidas de uma agenda pragmática e objetiva, e, por vezes, também utópica. Assim, penso ser oportuno assumirmos a tarefa de construir um evento, com formato a ser definido, da envergadura da CONAPE, para discutir o movimento em defesa da educação e o papel do movimento sindical, que leve em consideração os arranjos políticos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Nesse sentido, convido a pensar em uma militância permanente da educação que extrapole a ação política tradicional como sendo de fundamental importância neste momento, a partir de uma reflexão sobre “os trânsitos da política e as “políticas em trânsito”, discutidos por Isabel Carvalho na análise que ela produziu sobre o movimento ambiental e a atuação de algumas de suas lideranças históricas, no livro *A invenção ecológica, sentido e trajetória da educação ambiental no Brasil*.

A avaliação dos “agitos” provocados na cena política pela agenda educacional e o quanto eles têm conseguido atrair diversificados atores interessados em um assunto público da maior relevância, provoca sem dúvida “trânsitos da política” capazes de palpitar novos rumos da política em si. Diante disso, concluo com duas questões: a luta pelo direito à educação pode produzir efeitos duradouros na

formação de novos modos de fazer política? Será que já temos uma militância consolidada da “causa educação” no campo social?

É razoável supor que o saldo político organizativo da “militância em defesa do direito à educação” ainda está em disputa. Recentemente, a *Folha de São Paulo* pautou a instalação da Associação Docentes pela Liberdade e ainda temos educadores que são favoráveis ao movimento “Escola sem Partido” e a militarização das escolas. Portanto, é importante que o movimento sindical docente desenvolva ações para evitar que o movimento em defesa da educação perca seu conteúdo-chave que é a defesa da educação pública, gratuita, inclusiva e diversa. A força dos movimentos sociais e a construção de um projeto de nação soberana e democrática depende, em certa medida, de nossa ousadia na direção desse movimento.

Tema 5: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS E A UNIVERSIDADE

Luciene da Cruz Fernandes
Daniel Dominguez Ferraz
Nildo Manoel da Silva Ribeiro

A realidade das pessoas com deficiência é permeada pelo preconceito e desigualdade, onde a sociedade os vê com olhar diferenciado, julgando-os incapaz, ressaltando suas diferenças como falhas e impossibilidades. A inclusão de fato ainda está longe de ser alcançada, apesar das garantias legais previstas na Constituição Federal e das conquistas já adquiridas no decorrer das décadas de lutas pela igualdade de direitos.

Para que ocorra a verdadeira participação social das pessoas com deficiência necessário se faz observar quais barreiras impedem de que o potencial seja totalmente alcançado. Atitudes e arquitetura são as principais barreiras para que pessoas com deficiência possam realizar suas atividades da melhor forma possível. Essa relação com o ambiente deve ser amplamente estudada e discutida por toda a sociedade, mas principalmente por órgãos com potencial de amplificar esse tema.

Por outro lado, os facilitadores auxiliam no desenvolvimento das atividades e na participação social. Não significa que bastam eles existirem ou as leis para que todos os problemas se resolvam, mas é de extrema importância para que facilite a mobilidade e diminua o sentimento de não pertencimento aos espaços das pessoas com deficiência.

Quando os ambientes apresentam mais barreiras que facilitadores as dificuldades se tornam mais evidentes que o potencial e de forma mais trágica que a própria pessoa. Por esse motivo muitas pessoas preferem ser “invisíveis” a serem alvos de olhar discriminatório, do preconceito e da exclusão.

A retrospectiva histórica da inclusão traz a reflexão de que as barreiras atitudinais vivenciadas hoje, são o reflexo da concepção histórica de tempos atrás e que apesar dos séculos que se passaram, ainda se vê situações em que atitudes de exclusão apresentam resquícios na contemporaneidade e superam as de inclusão impedindo a transformação de uma sociedade “para todos”.

As barreiras são impedimentos que impossibilitam os indivíduos de realizar a mobilidade com segurança e ainda apresentando maior desgaste emocional e físico. Leva-se em consideração que determinadas situações já trazem em seu conjunto um nível alto de desgaste emocional como num concurso ou nas situações de desafios do trabalho.

A acessibilidade é item fundamental para inclusão social em todas as suas dimensões, facilitando a participação ativa da pessoa com deficiência diminuindo assim o mito que devem ficar em casa. Essa questão é central para qualidade de vida interferindo diretamente na satisfação pessoal e no direito a cidadania. O acesso aos serviços, portanto, deverá ser oferecido igualmente a todas as pessoas, garantindo igualdade dos direitos, reforçando assim o exercício da cidadania.

As barreiras interferem na acessibilidade, ou seja, a possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas com

deficiência ou mobilidade reduzida. Elas podem surgir ou serem provocadas pelo descaso, falta de cumprimento ou total desobediência as leis vigentes.

Mesmo considerando a pertinência das leis, isso não garante efeitos imediatos e diretos. Sua viabilidade dependerá de uma rede complexa que exigirá de diversas pessoas e setores posições sérias, fundamentadas e periódicas para que esse assunto de grande importância possa avançar.

O trabalho ocupa um papel fundamental na vida, faz parte da história de cada pessoa, são suas aspirações e onde se estabelecem relações que permitem crescimento e realização. Considerando saúde não apenas como ausência de doença o trabalho faz parte de forma determinante para aqueles que assim o desejam. Entretanto triste é o fato de querer exercer seu ofício e não encontrar condições.

Como as Universidades estão preparadas para permitir o livre acesso das pessoas com deficiência? quais as fiscalizações que ocorrem? de que forma esse tema é debatido? de que forma ocorre uma relação de discussão desse tema com a sociedade?

O meio acadêmico é o lugar de grande alcance e onde pode-se avançar nessas questões. Entretanto muitos dos esforços são direcionados para publicações e discussões internas sem o avanço que se pode ter a despeito do seu grande poder e influência. Quando criamos um estreitamento do tema para docentes com deficiência, suas possibilidades de ingresso, as barreiras arquitetônicas, suas possibilidades de desenvolver o trabalho de forma plena percebe-se que existe uma lacuna ainda maior.

Esse fato é extremamente preocupante, pois o número de pessoas com deficiência no Brasil é muito alto e dentre esses quantos (as) tem sua vocação na docência? e quantos (as) querem exercer na Universidade pública? e como vivem os que lá já estão? como podemos falar em universidade para todos e todas da forma mais democrática possível se esquecemos essa parcela importante da população? como defender inclusão sem criar debates e ações verdadeiras que mudem de fato essa realidade?

Apresentamos como propostas que o GT Direitos Humanos possa incentivar uma linha de pesquisa sobre acessibilidade nas universidades e institutos federais, debates nos sindicatos, divulgação de notícias relacionadas ao tema com destaque para o dia nacional e internacional e incluir atividade no encontro nacional de Direitos Humanos.

Lutar para acabar a invisibilidade das pessoas, permitir que tenham espaço, se sintam fortalecidas e protegidas é papel imprescindível dos Direitos Humanos e isso se torna mais relevante no momento político que atravessa o Brasil. Quando acreditarmos que todo o coletivo de lutas nos fortalece de verdade e permite avançar contra adversários impiedosos teremos real possibilidade de êxito.

Acesso Brasil. Engenheiro estimula o conhecimento e a aplicação das Normas de Acessibilidade. Disponível em: <http://www.acesobrasil.org.br/index.php?itemid=847>, Acesso em 15 de junho de 2019.

Adequação de Ambientes. Disponível em: <http://www.adfego.com.br>. Acessado em 15 de junho de 2019.

AMORIM, Ricardo; POCHMANN, Marcio (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BIELER, R.B. Deficiência, Pobreza e exclusão: A Estratégia de Desenvolvimento Inclusivo

Ressignificando o Conceito de Acessibilidade. I^a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: "Acessibilidade: Você Também tem Compromisso." Caderno de Textos. p. 98-101. Brasília, 12 a 15 de Maio de 2006.

BIANCHETTI, Lucidio e FREIRE, Ida Mara (orgs). Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania. 6^a ed. São Paulo: Papirus, 2004.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C.M. A classificação internacional de funcionalidade e saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, usos e perspectivas. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, vol. 8, n^o 2. 2005.

GABRIELY, A. Edifícios Públicos tombados e a acessibilidade para pessoas com deficiência: Um olhar Multidisciplinar. São Paulo, 2007 (Dissertação-Universidade Presbiteriana Mackenzie).

Tema 5: Democracia e Educação em Direitos Humanos

Luciene da Cruz Fernandes
Universidade Federal da Bahia / Apub
Maurício Uzêda de Faria
Instituto Federal da Bahia / Apub
Nildo Manoel da Silva Ribeiro
Universidade Federal da Bahia / Apub

A educação em direitos humanos (EDH) é essencial para o fortalecimento dos regimes políticos democráticos, pois há uma formação de sujeitos de direitos para o exercício da cidadania. Na América Latina, a história da EDH é recente e surge, principalmente, no cenário de lutas e de movimentos sociais de resistência contra governos autoritários. No Brasil, a EDH também é uma ação recente, considerando que os períodos de democracia foram incipientes e ainda bastante frágeis. Um grande marco deste processo histórico foi a Constituição de 1988 e o Plano Nacional Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2006.

Silva e Tavares (2010) realizaram uma pesquisa sobre os planos de ação das secretarias dos estados e DF para responder a pergunta: a Educação em Direitos Humanos constituiu-se como política de Estado ou consiste antes em realizações de projetos pontuais? Participaram 20 secretarias, com representação de todas as regiões do Brasil. Esta pesquisa destacou o trabalho que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação e a Secretaria de Direitos Humanos desenvolveram nos últimos anos para incentivar as Secretarias de Educação a executar ações direcionadas ao desenvolvimento de uma cultura de respeito integral aos direitos humanos, transformando-as em política de Estado. Esse movimento no Brasil responde também às orientações previstas no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e no PNEDH ao definirem que todos os sistemas de ensino da educação básica devem desenvolver políticas de EDH, com foco na formação das(os) profissionais, na produção de material didático, entre outras ações. Nessa direção, a pesquisa mostra que no Brasil esse processo encontra-se em desenvolvimento, embora em caráter inicial. Outro aspecto relevante foi que os planos, na sua totalidade, destacaram a formação das(os) profissionais como prioridade, o que demonstra a clareza que as(os) gestoras(es) têm sobre a dificuldade e a necessidade da formação na área dos direitos humanos para poder viabilizá-los.

Para Palma (2018) existem muitos obstáculos para a EDH, pois a sociedade brasileira é marcada por muitos desequilíbrios no acesso aos direitos fundamentais e atravessados por diferentes formas de violências e persistências autoritárias. Para ela, existe uma desconexão cognitiva entre a compreensão conceitual e a percepção concreta dos direitos essenciais, o que envolve também componentes de ordem emocional. Para tanto, o desafio para uma EDH é desconstruir compreensões muito rígidas, de modo a permitir a abertura de espaços para formas de pensar críticas e propositivas, capazes de ajudar a(o)s indivíduos a (re)avaliar constantemente sua pertença, seu papel no mundo e a agir com justiça.

Segundo Reses e Costa (2015) os direitos humanos avançaram, sobretudo no aspecto normativo, e isso se faz presente de forma evidente na área da EDH, cujos passos dados são significativos. No entanto, é perceptível a distância entre o âmbito jurídico e a efetivação dos direitos humanos e da EDH, o que se constitui em desafio fundamental para o desenvolvimento e a inserção da educação em/para direitos humanos nas políticas educacionais brasileiras, uma vez que a escola não é apenas o local onde se produz e reproduz

o conhecimento, é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica, a prática e vivência dos direitos humanos.

No entanto, o projeto do atual governo vai na contra mão desse avanço, inclusive no âmbito jurídico-normativo. Segundo o site do Instituto Wladimir Herzog, já no seu primeiro mês, o governo:

* apresentou mudanças na estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com a inclusão de muitos cristãos e antifeministas, além da retirada da política de Direitos Humanos de todas as ações destinadas à garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e demais grupos LGBTs.

* assinou o decreto que altera a posse de armas no país, sem discutir com a sociedade e o Congresso, diminuindo a burocracia para obtenção das armas de fogo.

* prometeu acabar com [todos os ativismos](#) no país com a MP870 que estabelece que compete à Secretaria de Governo “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional”.

* passou ao Ministério da Agricultura a responsabilidade pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), organização que tem a tarefa de identificar, delimitar e [demarcar terras indígenas](#) - Antes, a FUNAI era vinculada ao Ministério da Justiça.

* no dia da posse, quebrou o princípio de não restrição à [liberdade de imprensa](#), prevista na Constituição, tratando de forma diferenciada seus apoiadores. Veículos com posicionamento favorável ao presidente eleito tiveram caminho livre, enquanto representantes da mídia internacional ou de veículos críticos ao novo governo precisaram pedir autorização até para ir ao banheiro durante a cobertura do evento, tratamento criticado por profissionais de todo o mundo.

* colocou como “meta” em seu governo “combater o lixo marxista”, demonstrando clara intenção de impedir o livre acesso à diferentes formas de pensamento e ideologia.

Além das medidas mencionadas acima, o presidente Jair Bolsonaro editou, no dia 10 de junho de 2019, o Decreto nº 9.831, que na prática rompe o compromisso do Estado Brasileiro com o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (*Optional Protocol to the Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment* - OPCAT). O presidente inviabilizou os mandatos dos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (MNPCT), deixando-os sem remuneração, ou seja, eliminou mecanismos que fiscalizam possíveis práticas de torturas nas instituições penais brasileiras.

Existe no atual governo um projeto claro que leva ao obscurantismo e autoritarismo, marginalizando mulheres, negros, indígenas, a comunidade LGBTQI+, fomentando a violência, a perseguição ideológica e a violação dos direitos humanos. É importante ressaltar que, por trás de um discurso de aparente neutralidade ideológica, que se manifesta em máximas como "escola sem partido", defesa do Estado mínimo, da livre concorrência, da não interferência do Estado na vida dos indivíduos, do empreendedorismo, etc., o que transparece nas ações do atual governo é uma visão de mundo específica, em que se conjugam elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais, que está ligada à tentativa de preservação de privilégios

seculares, exclusão de determinados extratos da sociedade e manutenção da ordem estabelecida de modo a reproduzir as condições perversas de um capitalismo ultraliberal travestido de meritocracia e liberalismo político-econômico.

No caso do governo atual, a ideologia do liberalismo econômico vem aliada ao autoritarismo no campo dos costumes, com uma visão de Estado em que este atua como uma instituição destinada a proteger a propriedade, defender o modelo hegemônico de família contra outros modelos de vida em comum, perseguindo e criminalizando partidos, movimentos sociais, organizações de trabalhadoras(es) e mantendo suas instituições penais abarrotadas de seres humanos reduzidos a condições degradantes.

Para a luta contra regimes autoritários, é necessário que os direitos humanos tenham um papel estruturante no ensino e na educação. Neste sentido, verifica-se a importância da articulação da universidade, principalmente dos cursos de licenciaturas, com a educação fundamental. É necessária a formação da(o) professor, bem como a estruturação curricular para que possa trazer para o dia a dia da escola o conhecimento não hegemônico que valorize a cultura e as tradições de seu povo.

Assim, sugerimos ao Proifes-federação:

- * Posicionamento claro sobre qual tipo de modelo democrático que espera para o país.
- * Realize o Encontro Nacional de Direitos Humanos - organizado pelo grupo de trabalho direitos humanos: gênero, raça/etnia e sexualidade, em articulação com o grupo de trabalho de educação, com o tema Democracia, Educação e Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS:

1. Silva AMM, Tavares C. Educação em Direitos Humanos no Brasil. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 50-58, jan./abr. 2013
2. Rêses ES, Costa DR. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista | Ano 2 | Número 2 | Maio 2015
3. <https://vladimirherzog.org/os-ataques-aos-direitos-humanos-no-1o-mes-do-governo-bolsonaro/>
4. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm
5. <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/OPCAT/Pages/OPCATIndex.aspx>
6. <http://www.odh.unicamp.br/artigo/e-viavel-um-projeto-pedagogico-para-os-direitos-humanos>

Tema 5: TRAJETÓRIA DO GT DIREITOS HUMANOS

Luciene da Cruz Fernandes
Nildo Manoel da Silva Ribeiro

No intuito de apresentar as ações do GT DH, suas repercussões, o compromisso com os sindicatos e com o PROIFES-Federação que esse texto se apresenta. Levantamos aqui uma linha cronológica e citamos exemplos das mais variadas ações e sua importância

No dia 20 de setembro de 2018 nas instalações da ADUFSCar – Sindicato, na cidade de São Carlos (SP) foi promovido pelo PROIFES-Federação o II Encontro Nacional do GT Direitos Humanos onde um profundo debate foi realizado para encontrar soluções urgentes para problemas que afetam diretamente as populações excluídas e marginalizadas na sociedade e nas Universidades e Instituições Federais de Ensino. O tema do encontro foi: “Universidade, Direitos Humanos e Conjuntura Nacional”.

Constituído por duas interessantes e abrangentes mesas de debates, com a participação de cerca de dez palestrantes, o evento congregou professoras e professores oriundos de universidades e institutos federais de diferentes estados brasileiros, que abordaram e discutiram, igualmente, a situação política e social na conjuntura atual inserida na campanha eleitoral.

No evento foi aprovada por unanimidade a carta de São Carlos, que se propõe a ser *“um chamado e um alerta para que eleitores e eleitoras possam decidir seu voto considerando candidatos e candidatas cujas propostas contemplem a defesa e ampliação dos Direitos Humanos”*.

No II Encontro Nacional do GT Direitos Humanos do PROIFES foi lançada também a Campanha "Quebre o Silêncio - Basta de violência contra as mulheres". O objetivo da campanha foi sensibilizar as mulheres vítimas de violência a quebrarem o silêncio e denunciarem as agressões e agressores, que também acontecem nas Universidades e no ambiente escolar.

“Este GT de Direitos humanos tem feito a diferença no debate de questões bastante importantes para a sociedade brasileira, que é o ataque sistemático que se verifica contra as minorias - mulheres, comunidade LGBTQ, população negra, dentre outras. Este GT tem dado conta desta luta porque além do debate que desmitifica as construções históricas da opressão, procura buscar alternativas que levem para a Universidade esse debate, e para que, nas nossas famílias, sejamos agentes de uma nova realidade”, resume professor Nilton Brandão presidente do PROIFES sobre as atividades do encontro e do GT DH.

As reuniões periódicas presenciais ou virtuais ajudam a fortalecer as ações e trazem um enriquecimento importante na luta. O formato de trabalho do GT facilita a interlocução e cria laços entre os sindicatos onde socializamos as ações locais e criamos as nacionais.

Como exemplo temos a reunião do dia 09/11/2018 que teve como pauta, informes, formação política, projetos de pesquisa, e conjuntura atual e perspectivas para um próximo governo, já marcado pelo autoritarismo e perseguição à diversidade.

Esta foi a primeira reunião do GT após o período eleitoral, que foi muito marcado por violência, simbólica e física, contra a diversidade. Os relatos analisados foram de perseguições e agressões que motivaram o debate das formas de proteger estes grupos, e de dar visibilidade às suas pautas e reivindicações que, ao que tudo indica, ainda devem enfrentar um recrudescimento do autoritarismo e da violência. "O autoritarismo já chegou às universidades, como foi possível ver durante e depois das eleições deste ano, e o PROIFES, por meio deste GT, está debatendo e articulando formas de envolver a universidade, os institutos federais e toda a academia em um movimento de conscientização sobre as formas de atuar em tempos de perseguições, ameaças à liberdade de cátedra, de expressão, e até às vidas dos professores, professoras e alunos" afirma Luciene Fernandes

Entre os encaminhamentos, os principais foram atuar na defesa da universidade pública, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade e da liberdade de cátedra na perspectiva dos Direitos Humanos, e manter e garantir a aplicação do parágrafo 2 da Resolução N. 2 de 2015 do Conselho Nacional de Educação, que determina que:

"Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas."

Uma das frentes de trabalho do GT DH é incentivar a criação de grupos de trabalho nos sindicatos locais assim como suas ações, como observa-se no exemplo a seguir: O Adufg-Sindicato realizou dia 28 de junho de 2019 uma reunião para a criação do Grupo de Trabalhos de Direitos Humanos, Raça/Etnicidade, Gênero e Sexualidade com a proposta de reunir pesquisadores da área que atuam na UFG.

A professora Geovana Reis, Diretora de Assuntos Educacionais, de Carreira e do Magistério Superior, é a responsável pela implantação do GT em Goiás. Sua criação foi um pedido da PROIFES-Federação que possui um GT semelhante desde 2017. Assim como o grupo nacional, o objetivo é que o grupo proponha e realize atividades, eventos e debates que promovam a discussão sobre Direitos Humanos.

"O intuito do Grupo de Estudos é o de analisar a atual conjuntura social e política do País e como ela afeta a pauta dos Direitos Humanos, que são inerentes a todos/as, independente da raça, sexo, nacionalidade, etnia ou qualquer outra condição", explicou a professora Geovana.

Salientamos que essas ações estão no planejamento realizado pelo GT, socializado no encontro nacional de 2018 e aprovado pelo CD. Com satisfação observa-se que se buscou seguir o planejamento, mudando o que era necessário de acordo com o momento e conjuntura. Os membros do GT não se furtam de trabalhar nessa temática que nos é muito cara seja do ponto de vista pessoal ou coletivo.

Temos muito ainda para conquistar em relação aos Direitos Humanos no Brasil, pois os desrespeitos e ataques são inúmeros por parte da população e também por parte do governo, agentes do estado e outras instituições. Infelizmente a Universidade Pública não é um lugar protegido onde os direitos humanos são respeitados em sua totalidade. Muitas ações diretas e indiretas prejudicam o trabalho, o bem-estar, a qualidade de vida e adoecendo professores e professoras. Nesse caso então temos os ataques externos e em muitos casos os ataques internos.

Deve-se ter muito cuidado e atenção pois é inegável que estamos na visibilidade num momento político reacionário e preconceituoso onde pessoas expressam sem nenhum pudor seus comentários sem se importar que isso implique em mais violência, segregação e medo. Esses ataques ficam evidentes principalmente quando algum (a) professor (a) emite opinião sobre algum assunto que no momento esteja sensível para a sociedade. Observa-se claramente como o tema Direitos Humanos tem uma percepção equivocada e isso não somente pela população, mas por alguns colegas dentro da própria Universidade. Na tentativa de enfraquecer o divergente chega-se a escutar que só podia ser ligado aos direitos humanos para ter uma posição diferente.

A igualdade, a visibilidade e a diversidade incomodam profundamente uma parcela da população que se fundamenta em princípios arcaicos, reacionários, separatistas, sem afeto e muitas vezes se utilizando do escudo da religião o que faz com esse discurso tenha um grande apelo em países como o nosso. Se é em nome de Deus então está certo dizimar, esconder, maltratar, diminuir e até matar seja o corpo ou mesmo suas ideias. Importante que o diferente não apareça e com isso não incomode e não atrapalhe a “vida equilibrada” que se tem.

Temos que ter clareza que os ataques aos Direitos Humanos fazem parte de um plano sórdido para se implantar o autoritarismo e suprimir toda e qualquer liberdade de viver e expressar ideias e porque não dizer paixões que ajudam a tornar o mundo um lugar melhor, mais saudável e com mais afeto.

Onde essa diversidade mais se apresentou nos últimos anos? onde ganhou força? onde fortaleceu outros movimentos? aconteceu na universidade, seja dando apoio, seja na multiplicação de trabalhos e grupos de pesquisa, seja no ingresso dos mais diversos (as) representantes.

Vidas importam, ideias importam, sentimentos importam e fortalecer, dar voz a quem historicamente foi suprimido de muitos de seus direitos é papel da Universidade e conseqüentemente dos seus sindicatos. Não podemos aceitar de braços cruzados, além de não avançar, um retroceder violento que pode nos deixar invisíveis e assim a sociedade perder sua cor e razão de existir.

Fica então a pergunta: de que forma os sindicatos podem fortalecer o movimento dos Direitos Humanos que, com certeza, mesmo que você não saiba, é seu também?

TEMA 6

A educação pode nos livrar do fascismo e do atraso

João Augusto

O Brasil foi assaltado
Por uma cruel milícia,
Que age fora da lei,
Paralela com a polícia,
Para exterminar os pobres
Com bala, bíblia ou sevícia.

Uma aliança maldita
Usa o nome de Jesus
Pra enganar nosso povo,
E colocá-lo na cruz
Para agradar os banqueiros
Que pretendem o fim do SUS.

O fim da Seguridade
Social também o querem
Pra colocar de joelhos
Todo mundo que puderem,
Pois, uma pátria de escravos
Que não pensam, é o que querem.

A entrega das riquezas
Que, com custo, conquistamos
É feita a toque de caixa
Pois temem que revertamos
Os crimes de lesa-pátria
Que agora presenciamos.

Atacam nossa cultura
E também a educação,
De forma a mais violenta
Que já viveu a Nação:
O ódio à universidade
É o *hobby* de Abraão.

A escola sem partido,
Sem recursos, sem alegria,
Sem professor respeitado
Com censura e apatia,
Eis o que trazem os fascistas,
Que odeiam a luz do dia.

Depois que nos enganaram,
E ganharam a eleição,
Usando mentira e fraude,
Com a imprensa na mão,
Colocaram na Justiça,
Um juiz ESQUECIDÃO.

Foi a sua lavajato,
Que um *hacker* utilizou
Pra fazer a desgraça
Em que a Nação entrou,
Com o desemprego gigante
Que sua inépcia gerou.

Acabou com a engenharia
E a indústria naval;
Tudo está paralisado
Mas, não é isto, afinal
Que os EUA querem,
Pro Brasil ser seu quintal?

É um cenário macabro,
Este de nosso país,
Onde os algozes apertam
Em nós os garrotes vis,
Sendo Congresso e Supremo,
Instituições servis.

Pra reverter esse quadro
Que quer trazer o fascismo
É preciso que a união
Fortaleça os mecanismos
De caráter democrático,
Sem qualquer exclusivismo.

Na luta contra o fascismo,
A observação primeira
É que ele não se instale
De qualquer jeito ou maneira,
Porquanto se se inicia
Não se impede sua carreira.

E para desinstalá-lo,
Se boa sorte houver,
Só mesmo com sangue e lágrimas
Pois a morte pra ele é
O ingrediente macabro
Que quem o segue mais quer.

Temos hoje de ir pras ruas,
Por todo e qualquer motivo,
A fim de cortar, no início,
De modo superlativo
Todas as ações do *fascio*
Que o tentem parecer vivo!

Essa é a primeira regra
De caráter bem geral,
Mas existem as específicas
Que se somam à principal
Referentes aos setores
Do universo social.

No caso da educação,
Vamos nós, aprofundar,
Pois é preciso engenho
Se quisermos acertar,
Neste momento difícil
Que temos de superar.

A escola pública e gratuita
Laica e universal,
É bandeira imprescindível,
Pois ela é fundamental
Para que a democracia
Se faça a luta central.

Democracia e cultura
Estão bem interligadas
E dão o mote perfeito
Para a luta ser levada
Em proveito da Nação,
Que tem de ser libertada.

Para o fascismo, a cultura
Tem de ser logo esmagada,
A fim de que a voz do chefe
Seja a única acatada.
Daí, a escola pública,
Ser por ele sempre usada.

Impedir tal absurdo
De na escola ele vingar
É a orientação primeira
Que nós temos de passar
Para todos professores,
Em todo e qualquer lugar

Cultura e liberdade
Pra mais ampla criação
Une alunos e mestres
Na experimentação
Que constrói democracia
E evita submissão.

A sala de aula é
Um espaço de cultura,
Na medida em que o aluno,
Junto a seu mestre procura
Chegar à autonomia,
Pra ter sua vida segura.

O contato com a ciência,
Dentro desse entendimento,
Permite compreender-se
Que sempre, e a qualquer momento,
As coisas do mundo mudam,
Com o nosso acompanhamento.

Nessa forma de agir,
O mestre também aprende,
E é junto com o aluno
Que melhor ele empreende
A tarefa de ensinar
Da maneira que mais rende.

Com isso quero dizer
Que, na prática escolar,
Alunos e professores,
Têm jeito de se alinhar
Com a tarefa democrática
Que a educação vai salvar.

Outra coisa importante
Que a escola tem de fazer
É discutir o entreguismo
Que nós estamos a ver,
Como se aqui dependêssemos
Dos EUA pra viver!

O nosso herói principal,
Com certeza é Tiradentes
Que foi condenado á forca
Por ser um inconfidente
Que queria um Brasil livre
De Portugal decadente.

Agora, os militares,
Representados por ELE,
Batem até continência
Para a bandeira daquele
País pavão imponente
Que, na cena das nações,
Também já está decadente!

Entregam nosso Pré-Sal
Embraer e Petrobrás,
E preparam o terreno
Pra entregar muito mais,
Dizem que até os palácios
Darão, nossos generais!

Então, como reagir,
Pra impedir essa entrega
Que apequena a Nação
E nosso futuro nega?
- É lutar pela bandeira
Que os democratas congrega.

Soberania nacional
É o nome dessa bandeira,
Que temos de examinar
E achar a razão certa
Que a cada um melhor toque
Pra apoiar, à sua maneira

A área da educação,
Então tem de se ligar
Com as áreas das ciências,
Pois ninguém pode esperar
Que um colonizador
Nelas nos deixe avançar.

Também a tecnologia,
Junto com a inovação,
Podem se juntar a nós
Com a mesma convicção
De que só se vai para frente
Através da educação.

Na cultura, é bem certo,
Há boa aproximação
Com o tema soberania
Ligado à educação,
Pois quem é colonizado
Sempre é vítima de opressão.

Um país que se entrega,
Sepulta sua cultura
Uma e diversa, na luta,
Que ao povo dá estatura
Pra enfrentar tudo na vida,
Seja a presente ou a futura.

As entidades científicas
E as entidades docentes
Junto com as culturais,
Devem, juntas, ir pra frente
Na luta contra o entreguismo
Deste governo indecente.

Nesses primeiros seis meses
Vivemos dificuldades
Ante as ações do governo
Que agiu com celeridade
Para impor sua agenda,
Toda contra a sociedade

O desemprego crescente,
A economia parada,
Nenhuma negociação
Pôde ser entabulada,
Com essa turma incompetente,
Que não entende de nada.

Mas dentro dessa balbúrdia,
Nesse governar insano
Há sinais de que há um sentido,
Sentido miliciano
Que avança, no Brasil
Talvez há uns 30 anos.

As milícias enchem o vácuo,
Devido à ausência de Estado,
E ganham apoio do povo
Que sofre pelos dois lados:
O do Estado falido
E o do crime organizado.

Aí entram os evangélicos
Que trazem algum refrigerio
Para as mentes sufocadas
Entre o céu e o cemitério,
Milícias torturam e matam
Nesse ambiente funéreo.

Pequenos comerciantes
Pagam a elas pra matar
E elas próprias adentram
No comércio do lugar
Banalizando a tortura
E o negócio irregular.

O governo Bolsonaro
Defende torturador,
E o povo que o segue
Tem nele um justiçador
Porque acha que bandido
Se regenera com dor.

E a extensão logo é feita
Para quem foi torturado
Pela bruta ditadura
Na qual ELE foi soldado,
Então, dessa ignorância,
Tem muito se aproveitado.

Seu ataque à oposição
Atinge quem atrapalha
Os seus planos criminosos,
Em tornos dos quais batalha
Para armar milicianos,
A sua grande canalha.

Por isso a universidade
É um dos campos preferidos,
Para a guerra ideológica
Que ele tem desenvolvido:
Aí é que Hélio Negão,
Tem projetos produzido.

Esse afrodescendente
Que ELE cooptou
É um deputado do Rio
Que um projeto apresentou,
Pra Polícia entrar nos campi
Sem que peça pro Reitor!

Ao Proifes ofereço
Essa tese versejada,
No seu XV Encontro,
Na Amazônia sitiada,
Esperando que, com a luta,
Ela seja preservada!